



Governo promete detalhar as dívidas com pedaladas fiscais

Ministro se comprometeu a enviar hoje o passivo do Tesouro discriminado por credor como parte da negociação para o Congresso votar a nova meta fiscal de 2015

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, se comprometeu a enviar hoje para a Comissão Mista de Orçamento um documento detalhando a dívida do Tesouro Nacional com o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o FGTS acumulada durante a execução orçamentária de 2014. Esse passivo forma as pedaladas fiscais, condenadas em outubro pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no julgamento das contas do governo no ano passado. O envio ao Congresso desse

documento discriminando os desvios fiscais foi uma exigência dos parlamentares do PSDB e do DEM, durante a busca de acordo para votar o projeto que altera a meta de resultado primário de 2015. Em seu parecer, o relator da proposta, deputado Hugo Leal, autoriza o governo a descontar da nova meta fiscal (deficit de R\$ 51,8 bilhões) o passivo apontado pelo TCU, estimado em R\$ 55 bilhões. Com outros abatimentos, o deficit primário oficial pode chegar a R\$ 117,9 bilhões neste ano. **3**



Líderes negociam na Comissão de Orçamento a votação de parecer sobre a nova meta fiscal, com desconto de passivo

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Gerardo Magela/Agência Senado



Sindicatistas defendem carga horária de seis horas e adicional de penosidade

Operador de telemarketing quer piso de R\$ 1.050 e regulamentação

Reivindicação da categoria por um piso nacional e pela regulamentação profissional deve ser encaminhada pelo senador Paulo Paim. Para sindicalistas ouvidos ontem em audiência pública, o estabelecimento de uma remuneração

mínima e de regras para o trabalho contribui para enfrentar abusos praticados pelas empresas. Eles denunciaram, por exemplo, o assédio moral para o cumprimento de metas e o limite de idas ao banheiro. **8**

PF e Ministério Público repassam informações para a CPI do HSBC

Delegados e procuradores apresentaram ontem aos senadores que integram a CPI dados sobre possíveis irregularidades em contas de brasileiros na filial suíça do banco. A investigação do Ministério Público busca apurar

eventuais crimes de evasão de divisas ou lavagem de dinheiro. Já a Polícia Federal finaliza a base de informações sobre o caso que deverão compor o inquérito. A CPI tem até março para apresentar as conclusões do trabalho. **7**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Dificuldade para apuração pode levar CPI a encerrar trabalho antes do prazo

Comissão propõe política de reajuste para Bolsa-Atleta **6**

Reportagem da Agência Senado ganha prêmio **2**

Advertência sobre anabolizante pode ser obrigatória **6**

Novembro Azul alerta para câncer de próstata **2**

Parte dos recursos do pré-sal deve ir para o Fundeb **6**

Texto cria parceria entre profissionais e salão de beleza **5**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Entidades também criticaram no debate a extinção da Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Fusão de três secretarias em um só ministério é criticada

Retrocesso. Assim representantes de movimentos sociais classificaram a decisão do governo de fundir três secretarias no Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos

Direitos Humanos. Eles temem que cada setor perca força no novo cenário. O tema foi debatido em audiência sobre a MP que redesenha a estrutura do governo federal. **4**

Federação de hospitais dá prêmio à Agência Senado

A reportagem "Toda loucura será protegida?", de Larissa Bortoni e Tadeu Sposito e do cineasta Adriano Kakazu, foi a vencedora na categoria internet do Prêmio Synapsis, oferecido pela FBH

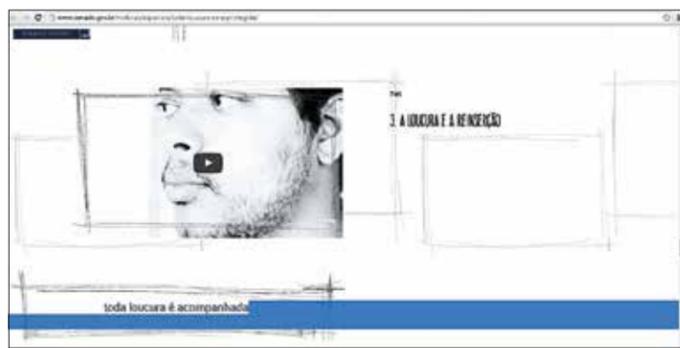
A REPORTAGEM MULTIMÍDIA "Toda loucura será protegida?", dos jornalistas Larissa Bortoni e Tadeu Sposito e do cineasta Adriano Kakazu, da Agência Senado, venceu o Prêmio Synapsis na categoria internet. O resultado da premiação, oferecida pela Federação Brasileira de Hospitais (FBH), foi divulgado em 30 de outubro.

O objetivo da reportagem foi mostrar a situação dos cuidados com as pessoas com transtorno mental 13 anos depois da publicação da Lei Antimanicomial (Lei 10.216/2001). Entre outras mudanças, a lei limita a internação aos casos em que o tratamento fora do hospital se mostrar ineficaz.

Na reportagem, os profissionais da área de saúde mental reconhecem os avanços da nova legislação, mas a constatação é de que ainda há um longo caminho a percorrer para assegurar tratamento de qualidade aos pacientes.

A Lei Antimanicomial prevê que, fora dos episódios de surto, as pessoas com doenças mentais devem ser acolhidas nos centros de atenção psicossocial, locais de prestação de serviços não apenas médicos, mas psicológicos e de assistência social, para facilitar a reintegração à sociedade.

Em setembro de 2014, segundo o Ministério da Saúde, havia 2.155 centros instalados no país. As residências tera-



Especial mostra cuidados com pacientes após 13 anos da Lei Antimanicomial

pêuticas, destinadas a abrigar os doentes mentais, totalizavam 274 e simplesmente não existiam em algumas regiões, como o Distrito Federal.

Sofrimento

A reportagem especial também ouviu pessoas com transtorno psiquiátrico. Uma das entrevistadas, a paciente Ana Rosa se descrevia como "doída de pedra" e rejeitada pelos vizinhos e filhos.

Ela sofria com a saudade e com as ofensas, mas o que mais perturbava a mulher era "uma voz que teimava em dar conselhos cruéis." Mais de uma vez a voz mandou que Ana Rosa se suicidasse — e ela tentou.

— Antes de conversar com Ana Rosa, já havíamos entrevistado três outros pacientes. Estávamos cansados. Era uma sexta-feira. A história dessa mulher é tão triste e me emocionou tanto que tive que me recolher durante todo o fim de semana. Mas, apesar do

sofrimento dela, eu percebi a vontade que tinha de ficar boa e ser novamente aceita pelo mundo — lembra Larissa Bortoni.

A equipe fez entrevistas no Distrito Federal e em uma das residências terapêuticas que funcionam em Goiânia. A reportagem especial reuniu vídeo, áudio e textos, com uso de recursos inovadores para permitir um mergulho mais profundo no mundo desses cidadãos. Versões do especial foram veiculadas pela Rádio Senado e pelo **Jornal do Senado**.

A entrega do Prêmio Synapsis, que tem sua primeira edição este ano, será no dia 10, em Brasília. O objetivo da FBH é estimular o debate propositivo sobre o sistema de saúde brasileiro e reconhecer, valorizar e difundir trabalhos inéditos de jornalismo e na área social.

Veja a reportagem premiada: <http://bit.ly/loucuraprottegida>



O Congresso começou ontem a receber iluminação especial para a campanha Novembro Azul, de prevenção do câncer de próstata. No dia 9, às 11h, haverá no Plenário do Senado sessão solene do Congresso em homenagem ao Instituto Lado a Lado, idealizador da campanha.

Raupp ressalta papel do Congresso na campanha contra câncer de mama

Valdir Raupp (PMDB-RR) ressaltou a participação do Congresso na campanha Outubro Rosa, de combate ao câncer de mama, e disse que a doença é a que mais provoca a morte de mulheres no Brasil.

— Em nosso país, 40% das mulheres que deveriam



fazer o exame não o fazem. Quantas vidas não salvaríamos se fôssemos capazes de conscientizar todas as mulheres do país quanto à importância da mamografia e, obviamente, se conseguíssemos que todas tivessem acesso aos mamógrafos? — indagou o senador.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CI Penitenciárias

8h30 A comissão realiza audiência interativa sobre as penitenciárias brasileiras.

CDH/CAS Salões de beleza

9h As comissões fazem audiência interativa para instruir o PLC 133/2015, que regulamenta a relação entre salões de beleza e profissionais que trabalham neles.

CDR Fundo do Centro-Oeste

9h A comissão promove audiência interativa para debater a redistribuição do Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

CCJ Efeito cascata nos salários

10h A comissão analisa a PEC 62/2015, que elimina o efeito cascata de aumentos de agentes públicos, e mais 27 itens.

CE Programa Cultura Viva

11h A comissão faz audiência pública para avaliar o Programa Cultura Viva.

MP 688 Risco hidrológico

11h30 Continuação da apreciação do relatório da medida provisória que divide o risco hidrológico entre hidrelétricas e consumidores.

CMO Reunião

14h Reunião extraordinária da comissão.

PLENÁRIO Pauta trancada

14h As Medidas Provisórias 682 e 687, ambas de 2015, trancam a pauta.

PRÓTESES Depoimentos

14h30 A CPI ouve Clayton Berno Silva, da Sendai Implantes, e Flávio Avellar, da Fuso Rio Comércio e Importação de Materiais Médicos.

MP 689 Contribuição de servidor

14h30 Audiência interativa para instruir a medida provisória que obriga o servidor licenciado sem remuneração a continuar contribuindo para a Previdência.

MP 691 Terrenos de marinha

14h30 Análise de relatório da medida provisória que define as condições para alienar imóveis em terrenos de marinha.

MP 696 Presidência e ministérios

14h30 Audiência interativa para instruir a medida provisória que redesenha ministérios e órgãos da Presidência.

CMMC Vale do São Francisco

14h30 A comissão promove audiência interativa para discutir soluções para evitar o colapso hídrico no Vale do São Francisco.

MERCOSUL Parlamento Europeu

15h30 Visita oficial de delegação do Parlamento Europeu.

PRESIDÊNCIA Sessão deliberativa

16h Renan Calheiros preside a ordem do dia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Cancelado debate sobre endividamento da Petrobras

Duas reuniões que aconteceriam ontem no Senado foram canceladas e uma terceira, adiada.

A audiência pública em que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouviria diretores da Petrobras sobre o endividamento da empresa com entes federados foi cancelada porque regra da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) impede que seus diretores informem dados financeiros da empresa no prazo de 15 dias antes da divulgação do balanço trimestral da companhia.

Em ofício ao presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), a estatal comunicou o impedimento. Nessa audiência, a CAE pretendia obter informações sobre as medidas da Petrobras para lidar com a alta relação entre dívida líquida e Ebitda (sigla em inglês para o indicador financeiro referente a Lucro

Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização). A CAE pretendia discutir como se recuperará a empresa num contexto de real desvalorizado e barril de petróleo fixado em US\$ 50.

Telecomunicações

Também foi cancelada a reunião em que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) examinaria uma pauta de 36 itens. Entre eles, o PLS 129/2015, que assegura aos usuários dos serviços de telecomunicações o direito a informações sobre o progresso de procedimentos de instalação e de manutenção de equipamentos.

Hidrelétricas

Já a comissão mista que analisa a Medida Provisória 688/2015 adiou pela segunda vez a leitura e análise do relatório do senador Eunício Oliveira

(PMDB-CE). A sessão deverá ser concluída hoje, às 11h30.

A MP traz medidas para compensar o déficit na geração das usinas hidrelétricas em razão da escassez de chuvas dos últimos anos. Para que não haja repasse de custos ao consumidor, a conta acumulada em 2015 será assumida pelas geradoras de energia. Para compensar as geradoras, elas terão prazo adicional de concessão, pelo tempo necessário para amortizar o montante.

Eunício anunciou que promoveu duas modificações no relatório, que discutirá com os demais membros da comissão até amanhã.

Tanto o presidente da comissão, deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC), quanto o vice, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), estiveram ausentes da sessão. Quem a conduziu foi o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA).

Governo deve detalhar dívida com pedaladas

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, se comprometeu a enviar hoje à Comissão Mista de Orçamento documento discriminando o passivo do Tesouro Nacional com cada credor

O GOVERNO DEVE enviar hoje ao Congresso, para análise na Comissão Mista de Orçamento (CMO), um documento detalhando a dívida do Tesouro Nacional com o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o FGTS acumulada durante a execução orçamentária de 2014. O passivo forma as pedaladas fiscais, obrigações do Tesouro que foram pagas pelos bancos e pelo FGTS, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em outubro, as pedaladas foram condenadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no julgamento das contas do governo de 2014. O TCU apontou outras irregularidades e a decisão final sobre as contas será dada pelo Congresso.

A presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), convidou o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para uma reunião ontem à tarde com os parlamentares da comissão. Ele se comprometeu a enviar o passivo por credor.

O recebimento do documento discriminando as pedaladas foi uma exigência da oposição (PSDB e DEM) como parte da negociação para votar o projeto que altera a meta de resultado primário deste ano (PLN 5/2015). O relator da proposta, deputado Hugo Leal (Pros-RJ), apresentou parecer que autoriza o governo a descontar da nova meta (deficit de R\$ 51,8 bilhões) o passivo apontado pelo TCU, que foi estimado, no relatório, em R\$ 55 bilhões. Com outros abatimentos, o deficit primário

oficial pode chegar a R\$ 117,9 bilhões neste ano.

O número colocado por Leal não discrimina o valor por credor (bancos e fundo), o que foi criticado ontem pela oposição, em reunião dos líderes na CMO.

— Sem o número, não temos condição de votar essa matéria — disse o deputado Domingos Sávio (PSDB-MG).

Contingenciamento

Na tentativa de iniciar o processo de votação do parecer nesta semana, Leal explicou que não colocou o valor discriminado porque não há consenso entre o TCU e o Ministério Público sobre o tamanho das pedaladas.

Segundo Sávio, o envio do detalhamento do passivo “é o mínimo a se exigir”, mas não significa, porém, que a oposição aceitará votar o PLN.

— O detalhamento será a confissão de dívida com as pedaladas — disse.

O líder do governo na comissão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), sustentou que o governo fez a sua parte, trazendo o ministro e colocando o valor global do passivo no relatório. A redação original do PLN não trazia nenhum número para a dívida apontada pelo TCU.

Ele afirmou que o Executivo vem trabalhando para melhorar o desempenho fiscal em 2015. Pimenta citou o contingenciamento de R\$ 79,5 bilhões no Orçamento deste ano, o maior da década.

— Ficou bastante claro o esforço fiscal do governo — disse. (Com Agência Câmara)



Rose de Freitas preside reunião de líderes na CMO para negociar votação de projeto que altera a meta fiscal deste ano

Comissão aprova R\$ 950,2 milhões para cinco ministérios

Também ontem, a Comissão Mista de Orçamento aprovou a MP 697/2015, que destina R\$ 950,2 milhões para cinco ministérios. O parecer do relator, Paulo Pimenta, pela aprovação, segue agora para o Plenário da Câmara. Depois, a medida terá de passar pelo Plenário do Senado.

Pela MP, o Ministério da Integração Nacional receberá R\$ 610 milhões para atender a populações vítimas de desastres naturais, como seca no Nordeste e chuvas excessivas e alagamento nas Regiões Norte e Sul.

A medida destina R\$ 300 milhões para o Ministério das Relações Exteriores. Os

recursos serão utilizados no pagamento de aluguéis de imóveis, salários de auxiliares locais e auxílio-moradia de servidores de 227 representações diplomáticas no exterior (embaixadas, consulados e escritórios).

A MP 697/2015 destina recursos para três outros ministérios. O da Justiça vai receber R\$ 15 milhões para financiar assistência a refugiados e a solicitantes de refúgio, principalmente sírios e haitianos, por meio do estabelecimento de parcerias com estados, municípios, organizações da sociedade civil, entidades e organismos internacionais.

Já ao Ministério do Transportes foram destinados R\$ 19 milhões para realização de obras emergenciais de reparo nos terminais fluviais de Manacapuru e Humaitá, ambos no Amazonas, danificados pela cheia que atingiu a Região Norte neste ano.

A Defesa deverá receber R\$ 6,2 milhões para financiar ações de manutenção da ordem, a cargo das Forças Armadas, em quatro municípios de Mato Grosso do Sul onde ocorrem conflitos entre fazendeiros e índios da tribo guarani-kaiowá: Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista e Ponta Porã.

(Com Agência Câmara)

Para Ângela, conflitos políticos penalizam os mais pobres

Ângela Portela (PT-RR) disse concordar com o documento publicado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que atribui as dificuldades econômicas à crise política e à incapacidade de as instituições e os partidos superarem os conflitos.

Para ela, a queda de braço entre os agentes políticos enfraquece não só o governo, mas o país e os direitos dos mais pobres. Como exemplo, citou a proposta orçamentária de 2016, que reduz o Bolsa Família.

— É inadmissível penalizar 14 milhões de famílias pobres para garantir o equilíbrio fiscal, quando há áreas inatacadas, como as grandes fortunas e o sistema financeiro.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro: desgoverno do país desorganiza setores produtivos

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que “a situação de desgoverno” do país provoca a desorganização dos setores produtivos e afeta principalmente as pequenas e médias empresas. Segundo dados do Banco Mundial, o Brasil caiu quatro posições no tempo gasto pelas empresas para calcular e declarar impostos. Alvaro associou a dificuldade ao fechamento de negócios de pequeno porte, lembrando que, desde janeiro, 420 mil pequenas e médias empresas encerraram as atividades.

— Uma empresa por minuto fecha as portas no Brasil, desempregando trabalhadores e aprofundando a crise econômica, que faz alargar também a crise social.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lindbergh alerta para piora da crise e efeitos sociais

Lindbergh Farias (PT-RJ) alertou para os efeitos sociais da crise econômica, salientando que a situação deve se agravar. Para ele, a política econômica do governo fracassou e tem levado à piora dos indicadores.

O senador criticou a oposição, que, disse, tomou a tese do impeachment como “ideia fixa” e influencia negativamente a confiança na economia.

— Nosso prazo está se esgotando. Nós temos que, de alguma forma, em vez do “samba de uma nota só” do ajuste fiscal, voltar a pensar em crescimento econômico e preservação do emprego, porque a crise é muito maior do que a gente está pensando.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Queda de emprego e receita deve elevar receitas, diz Flexa

Após destacar que os números da economia são preocupantes, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que o país corre o risco de entrar num círculo vicioso, pois a receita está caindo e o desemprego, aumentando. Com isso, as despesas vão crescer porque mais trabalhadores vão precisar do seguro-desemprego. Diante dessa situação, disse, o brasileiro pede uma solução:

— Basta chegar aos municípios que você vai ver o clamor da população, perguntando: “para onde é que esse país vai?”; “quando é que esse governo vai sair?”. O que nos cobram, como se nós da oposição fôssemos os responsáveis e tivéssemos força política para isso fazer, é a saída do governo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gurgacz defende medidas para ampliar arrecadação

O ajuste fiscal do governo expõe a economia a riscos, afirmou Acir Gurgacz (PDT-RO). Para o senador, em vez de controlar a inflação, o ajuste está levando o Brasil à recessão, gerando uma “crise de confiança”. Gurgacz apontou os juros altos como responsáveis pela crise. O senador cobrou o enxugamento da máquina pública, mais investimentos na educação e o combate à corrupção.

Para o aumento da arrecadação, uma solução apontada por Gurgacz no relatório de receitas para 2016 é a regularização dos imóveis das áreas rurais, livres de conflito agrário ou pendência jurídica, com uma estimativa de R\$ 40 bilhões nos próximos anos.



Ano Volpato/Agência Senado

Entidades criticam fusão de três secretarias em um só ministério

Pequenos empresários e movimentos sociais de direitos humanos consideraram mudanças propostas em MP como um retrocesso

REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS sociais de defesa dos direitos humanos classificaram como um “retrocesso” a decisão do governo de fundir secretarias ligadas à Presidência da República no Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Há o temor de que as pautas defendidas pelas Secretarias de Políticas para as Mulheres (SPM), de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e de Direitos Humanos sejam deixadas de lado com a fusão. Também foi criticada a extinção da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, que teve suas funções absorvidas pela Secretaria de Governo da Presidência da República (novo nome da Secretaria-Geral da Presidência).

Os ativistas participaram de audiência pública da comissão mista da Medida Provisória 696/2015, que redesenha a estrutura e as competências de ministérios e órgãos da Presidência da República. A MP integra o conjunto de ações do pacote fiscal do governo.

Segundo a coordenadora-geral do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e de Promoção dos Direitos LGBTs, Kátia Guimarães, as pautas das atuais secretarias podem perder o potencial de atingir as populações.

— Vamos nos enfraquecer politicamente — afirmou.

O coordenador-geral do Coletivo de Entidades Negras, Marcos Rezende, exigiu que sejam destinados recursos humanos e infraestrutura “dignos” ao ministério.

Para Sheila Sabag, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres representa um retrocesso de direitos conquistados.

— Compreendemos a dificuldade do momento e acreditamos que a solução



Participantes de audiência temem enfraquecimento de pautas sobre mulheres e igualdade racial

deve ser construída em conjunto. Mas é preciso aprofundar as políticas que vêm dando certo — comentou.

A vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, Ivana Farina, reclamou da ausência de parlamentares no debate. Apenas dois senadores e um deputado participaram do encontro.

Microempresa

O presidente da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, José Tarcísio da Silva, destacou que os custos da manutenção de um órgão focado na micro e na pequena empresa são compensados pelas melhorias geradas por esse setor.

— Enquanto as grandes desempregaram 1 milhão, as pequenas empregam 800 mil. A microempresa precisa ter condições de trabalhar — sustentou.

Para o relator da MP 696/2015, senador Donizete Nogueira (PT-TO), as entidades compreendem a necessidade de adequar a máquina pública à realidade econômica do país, como proposto na

medida, desde que avanços sociais conquistados não sejam perdidos.

— Vamos trabalhar para garantir que essas pautas não retroajam, mesmo havendo redução na forma de conduzir.

O relator-revisor, deputado Afonso Florence (PT-BA), disse que, se não é possível redigir um “texto ideal”, deve-se chegar a uma proposta que possa ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

— Não adianta fazer uma redação de acordo com nossas tentativas. Teremos o texto da MP como uma etapa de reposicionamento dessa pauta. Esperamos retomar as estruturas tal como elas eram — disse.

Esse foi o último dos três encontros da comissão com representantes da sociedade civil. Nas últimas duas audiências foram ouvidos pescadores, que reclamaram da extinção do Ministério da Pesca, e sindicalistas, que criticaram a fusão dos Ministérios do Trabalho e da Previdência. Hoje haverá reunião com representantes do Executivo.

(Da Agência Câmara)

Audiência discute fraude em delimitação de área quilombola

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) faz amanhã, às 8h, audiência pública para discutir denúncias de fraude no processo de delimitação de área quilombola em Brejo Grande (SE).

Foram convidados novamente para o debate Marcos Bispo dos Santos Andrade, procurador-regional do Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Sergipe, e Livia Nascimento Tinoco, procuradora do Ministério Público Federal no estado. Eles não compareceram à última audiência da comissão sobre o tema, o que gerou indignação da presidente da CRA, senadora Ana Amélia (PP-RS). Ela e o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) são os autores do requerimento para a audiência.

A comissão também renovou o convite feito ao padre Isaías Nascimento Filho, coordenador da Cáritas Diocesana em Sergipe, e a Maria Izaltina Silva Santos, representante da comunidade quilombola Brejão dos Negros, que não justificaram a ausência no mesmo debate.

Os participantes da última audiência afirmaram que o processo de reconhecimento do povoado Brejão dos Negros como comunidade quilombola estaria sendo conduzido por um grupo de pessoas que não representa os cerca de 2 mil moradores do lugar.

Também foram convidados a juíza Rosivan Machado da Silva, o deputado estadual Garibaldi Mendonça (PMDB-SE); a presidente da Fundação Cultural Palmares, Maria Aparecida da Silva Abreu; e o vice-presidente da colônia de pescadores de Neópolis (SE), José Fausto Santos.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Senado deve discutir agenda conservadora da Câmara, alerta Viana



Jorge Viana (PT-AC) disse estar impressionado, “depois de avanços da humanidade”,

com propostas aprovadas pela Câmara e enviadas à análise do Senado. Entre elas, o senador citou a que altera o Estatuto do Desarmamento, reduzindo a idade mínima para o porte de armas, entre outras mudanças.

Ele disse esperar que o Senado discuta melhor essa e outras propostas, que qualificou como conservadoras, para impedir que haja retrocesso na legislação do país.

Viana também lembrou que amanhã haverá audiência pública com o setor elétrico para tratar dos apagões que atingem o Acre. Segundo ele, foram mais de cinco apagões nos últimos meses.

Fátima Bezerra rejeita propostas que atentam contra cidadania



Fátima Bezerra (PT-RN) criticou o que chamou de agenda conservadora da Câmara. Ela

elogiou as diversas manifestações pelo país no fim de semana contra o projeto que altera a Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual, de autoria do presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Para a senadora, o principal responsável pelo avanço dessa pauta conservadora é justamente Cunha. Ela citou como exemplo de propostas “que atentam contra a cidadania” a revogação do Estatuto do Desarmamento, as novas regras de demarcação de terras indígenas, a redução da maioria penal e a criação do Dia do Orgulho Hetero.

Pinheiro cobra ação do Congresso e do Planalto para enfrentar crise



Em pronunciamento ontem, Walter Pinheiro (PT-BA) criticou o que entende ser uma “paralisia” do Congresso perante a crise política e econômica. A falta de ação do Parlamento, ressaltou, prejudica as pessoas que são mais afetadas pelo momento negativo do país.

— Mesmo com crise política, isto aqui precisa funcionar.

O senador lamentou a falta de discussão sobre o Plano Plurianual (PPA), que guia a elaboração orçamentária dos próximos quatro anos e deve ser aprovada até o fim de 2015.

Ele também disse que a imobilidade do poder público tem agravado os impactos da seca no semiárido nordestino, tornando a situação mais difícil para a população da região.

Telmário afirma que o governo federal está cortando despesas



O governo federal vem reduzindo os gastos, assegurou Telmário Mota (PDT-RR) ontem,

apresentando dados que comprovariam os cortes. Segundo ele, a despesa com passagens aéreas passou de R\$ 346 milhões em 2014 para R\$ 250 milhões este ano. O gasto com telefonia caiu de R\$ 130 milhões no ano passado para R\$ 63 milhões em 2015, disse.

Para o senador, “essa ladainha” de que o governo não corta na própria carne em momentos de crise está muito distante da verdade:

— Penso que temos aqui mais uma daquelas situações em que devemos optar ou pelas palavras de ordem, quase sempre infundadas, ou pela cristalina realidade dos fatos.

Humberto registra reunião do PT e condena “escalada golpista”



O líder do PT, Humberto Costa (CE), registrou o encontro da Executiva do partido, na semana passada, e que, para ele, marcou posição contra a “escalada conservadora e golpista no Brasil”.

Essa escalada promove cortes na produção e mantém ou aumenta margens de lucro dos empresários, impondo salários menores aos trabalhadores, corta investimentos sociais, alivia impostos das grandes corporações, amplia privatizações e reduz direitos, gerando pobreza, disse o senador.

— O PT deixou bem clara a sua disposição de impedir qualquer retrocesso aos tempos neoliberais e à agenda maldita que antecedeu o governo do presidente Lula.

Profissionais e salão de beleza debatem parceria

Projeto de lei da Câmara que cria para o setor modelo alternativo à legislação trabalhista será discutido hoje em audiência pública conjunta de duas comissões do Senado

AS COMISSÕES DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS) fazem audiência pública conjunta hoje para debater projeto de lei que trata dos contratos de parceria entre salões de beleza e profissionais como cabeleireiros, barbeiros, esteticistas, manicures, pedicures, depiladores e maquiadores.

A proposta (PLC 133/2015) cria para o setor um modelo alternativo à legislação trabalhista, que os salões julgam difícil de ser cumprida devido às especificidades da área e aos custos envolvidos nesse tipo de empreendimento.

No dia a dia, os profissionais exercem as funções sem subordinação, recebendo por comissões ou por percentuais.

A proposta cria as figuras do salão parceiro e do profissional parceiro, com a possibilidade de adotarem o regime especial de tributação previsto no Estatuto da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/2006). No caso do profissional parceiro, ele poderá atuar como microempreendedor individual (MEI).

No contrato, entre outras cláusulas,

deverá constar o percentual de retenções que o salão fará a título de aluguel de móveis e utensílios para o desempenho das atividades e serviços de gestão e apoio.

A parte do profissional será a identificada como “atividades de prestação de serviços de beleza”.

O contrato terá de prever que o salão parceiro será o responsável pelo recolhimento dos tributos a cargo da empresa e pela retenção e pelo recolhimento dos tributos e das contribuições sociais e previdenciárias devidos pelo profissional parceiro.

Para valer, o acordo precisa ser homologado pelo sindicato da categoria profissional ou, na ausência dele, pelo órgão local do Ministério do Trabalho e Emprego.

De autoria do deputado Ricardo Izar (PSD-SP), a proposta tem a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) como relatora na CDH. Foi dela a iniciativa de promover a audiência pública.

Convidados

Para discutir a proposta, foram convidados a coordenadora nacional de Beleza e Estética do Sebrae, Andrezza Torres; o diretor-presidente do

Sindicato dos Profissionais de Beleza e Técnicas Afins de São Paulo (Probeleza), Márcio Michelasi; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Salão de Beleza, Instituto de Beleza, Clínica de Beleza do Distrito Federal (Sindibebeza-DF), Daniel Borges; o presidente da Associação Brasileira dos Salões de Beleza (ABSB), José Augusto Nascimento Santos; a diretora de Assuntos Previdenciários da Confede-

ração Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh), Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister, além de advogados trabalhistas.

A audiência pública será interativa, com a possibilidade de participação popular. Está marcada para as 9h, na sala 2 da Ala Nilo Coelho.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Pelo texto em tramitação, o profissional parceiro poderá atuar como microempreendedor individual

Comissão discute redistribuição de verbas do Fundo do Centro-Oeste

A redistribuição dos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) será debatida hoje pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A audiência pública terá início às 9h, na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa.

Foram convidadas autoridades de Goiás e do Distrito Federal e um representante do Banco do Brasil. O debate é uma iniciativa de Ronaldo Caiado (DEM-GO), com apoio de Lú-

cia Vânia (PSB-GO) e de Hélio José (PSD-DF).

O FCO foi criado pela Constituição de 1988. As empresas e os produtores rurais que desejarem iniciar, ampliar ou modernizar atividades produtivas no Centro-Oeste podem contar com o apoio do fundo para financiar empreendimentos a longo prazo.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Plano Nacional de Saneamento é tema de audiência pública amanhã

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) promove amanhã, a partir das 14h, a terceira audiência para debater o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). Randolfe Rodrigues (Rede-AP) é o relator dessa política pública priorizada para acompanhamento pela CDR em 2015.

Desta vez, o objetivo da comissão é debater a metodologia de elaboração do Plansab e a aplicação da Lei de Sa-

neamento Básico e da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Estão convidados representantes do Instituto Trata Brasil e da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades. Cidadãos poderão participar da audiência interativa encaminhando comentários ou perguntas.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Medeiros quer controlar exploração de ouro em MT

José Medeiros (PPS-MT) disse que, quanto mais o governo demorar para tomar medidas em relação à extração de ouro no município mato-grossense de Pontes e Lacerda, mais complexa e cara será a solução para o caso.

Ele explicou que, desde que a mídia divulgou a descoberta de ouro no local, milhares de pessoas se deslocaram até lá. Lembrou, porém, que o município não consegue oferecer serviços básicos a tanta gente.

O ouro, disse, tem sido explorado de forma ilegal, em área da União e de proteção ambiental. Para regularizar a situação, sugeriu organização dos garimpeiros em cooperativa ou concessão de licença de exploração a alguma empresa.



Ano Vagner/Agência Senado

Omar cobra licença ambiental para asfaltar BR-319

Omar Aziz (PSD-AM) cobrou das autoridades ambientais autorização para a pavimentação da BR-319, que liga o Amazonas e Roraima ao resto do país.

Para ele, a obra é fundamental para o desenvolvimento do Norte. Disse ainda que a conclusão favorece o surgimento de novas oportunidades e fortalece a economia local.

— É necessário que possamos imediatamente autorizar o asfaltamento da BR-319. Não é justo o que se faz com o Brasil e com o povo do Amazonas e de Roraima. Hoje temos tecnologia suficiente para que possamos investigar cuidar e tratar as nossas florestas com o devido cuidado que elas merecem — afirmou o senador.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Ferraço presta homenagem à Igreja Cristã Maranata

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) fez uma homenagem à Igreja Cristã Maranata. A igreja nasceu no Espírito Santo e completou, no sábado, 47 anos, segundo ele, de um “profundo trabalho evangelizador”. O senador disse que a igreja tem mais de 1 milhão de fiéis no Brasil e em outros 174 países.

Ferraço contou que a história da igreja começou em 1968, no bairro da Toca, em Vila Velha, a partir da iniciativa de oito membros egressos da Igreja Presbiteriana. A palavra “maranata”, explicou, vem da expressão “o rei vem” e tem a ver com a promessa maior do pensamento cristão, que é a volta de Jesus Cristo ao mundo.

— A Maranata vem colecionando grandes realizações dentro da realidade evangélica mundial — disse o senador.

Bezerra lamenta morte de Osvaldo Coelho, ex-deputado

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) lamentou a morte de Osvaldo de Sousa Coelho, domingo, no Recife, aos 84 anos.

Como deputado estadual e deputado federal, Osvaldo Coelho teve atuação de destaque na luta pela irrigação na região do Vale do São Francisco, hoje o maior polo da fruticultura e o segundo maior polo de produção de vinho do país.

— Osvaldo Coelho também teve um papel fundamental para o desenvolvimento regional. Sua luta foi determinante para que fossem instalados em Petrolina o hoje conhecido Instituto Federal do Sertão, além da Universidade do Vale do São Francisco.

Para homenagear o ex-deputado, Bezerra apresentou proposta que batiza como Osvaldo Coelho o projeto de irrigação do Pontal, em Petrolina.

Benedito pede solução para falta d'água no semiárido

Benedito de Lira (PP-AL) defendeu ontem a adoção de alternativas para que o semiárido nordestino conviva com a seca. O senador lembrou que a desertificação é consequência do cultivo inadequado da terra associado às variações climáticas e ressaltou que é preciso garantir a qualidade de vida de quem mora na região.

O senador citou exemplos de diversos países que conseguiram soluções eficazes para a escassez de água.

— Para transpor esse desafio, é necessária uma política de Estado comprometida com a implantação de ações públicas contínuas e focadas nas reais potencialidades da região do semiárido — disse.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Comissão recomenda política de reajustes no Programa Bolsa-A atleta

Relatório de Romário sugere também mudanças nos critérios para o governo conceder o benefício aos competidores brasileiros

OS PROGRAMAS BOLSA-ATLETA e Atleta Pódio podem ganhar uma política de reajustes para repor perdas inflacionárias, segundo relatório de Romário (PSB-RJ) aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Entre outras mudanças, o relatório recomenda o reexame da regra segundo a qual o critério utilizado para a concessão da Bolsa-A atleta seja apenas o resultado conseguido no ano anterior.

— Esse critério pode gerar distorções e a eventual exclusão de atletas com um elevado potencial esportivo — afirmou o senador.

Romário também quer que o Ministério do Esporte abra inscrições mais de uma vez por ano para o Atleta Pódio



Presidente do colegiado, Romário (D) citou no relatório a possibilidade de acumular o benefício com patrocínio privado

e que a bolsa seja obrigatoriamente concedida aos brasileiros que estiverem entre os 20 melhores do mundo em suas respectivas modalidades.

— Existem reclamações de que algumas confederações excluem atletas com critérios discricionários — alegou.

O relatório recomenda ain-

da que o ministério reduza o tempo entre a inscrição de um atleta e o recebimento da bolsa, assim como estabeleça regras sobre a acumulação de bolsas com o patrocínio privado.

As duas políticas públicas do governo federal foram acompanhadas durante este ano pela comissão, presidida

por Romário. Ele reiterou que, no geral, a iniciativa é aprovada por todos os setores, mas apresentou o projeto de lei para aperfeiçoar a política pública.

O colegiado também monitorou os Programas Mais Educação e Cultura Viva, cujos relatórios ainda serão analisados e votados.

Unificar ICMS prejudica investimentos no país, diz Simone Tebet

Para defender a rejeição do texto que unifica o ICMS, Simone Tebet (PMDB-MS) citou obra de duplicação da maior fábrica de celulose de eucalipto do mundo, em Três Lagoas (MS).

A senadora disse que o empreendimento só foi possível graças aos incentivos fiscais do governo do estado. Sem isso, disse, estados do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste terão muita dificuldade para atrair investidores e gerar empregos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanessa: debate sobre violência ajuda mulher a conquistar poder

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) espera que o crescimento do debate sobre violência contra a mulher abra caminho para a conquista de “espaços de poder” pela população feminina. Ela cumprimentou os organizadores do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), pela inclusão da violência contra a mulher como tema de redação, e os jornais que deram espaço para mulheres relatarem a situação a que são submetidas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Avança texto que alerta sobre uso de anabolizante

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 120/2015, de Davi Alcolumbre (DEM-AP), que obriga os estabelecimentos esportivos, academias de ginástica e clubes a afixarem em suas dependências, em locais de fácil visualização, mensagens de advertência

sobre os malefícios do uso indiscriminado de esteróides anabólicos androgênicos (EAAS) ou anabolizantes, suas consequências e as penalidades legais.

A proposta teve o apoio do relator, Telmário Mota (PDT-RR), que considera cada vez maior o número de usuários desses anabolizantes, “iludi-

dos por um padrão de beleza imposto pela mídia”.

— Muitos, principalmente jovens, buscam uma maneira de se enquadrarem a esse padrão custe o que custar. E acabam fazendo uso de substâncias que são malélicas à saúde — alertou.

O senador reiterou que a Agência Nacional de

Vigilância Sanitária (Anvisa) recomendou a aprovação da proposta, além de lembrar que o uso desses anabolizantes é considerado doping pelas entidades esportivas internacionais.

O projeto será agora analisado em decisão final pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Fundeb pode ter metade da verba do pré-sal destinada à educação

Metade dos recursos derivadas da exploração do petróleo na camada pré-sal e vinculados à educação deverão ser destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), segundo determina o Projeto de Lei do Senado (PLS) 307/2015, de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O objetivo do projeto, ressaltam Bezerra e o relator, Dalírio

Beber (PSDB-SC), é possibilitar que de fato os recursos do pré-sal se traduzam em mais verbas para o setor, não deixando que o governo faça uma espécie de “jogo contábil”.

— Só no ano passado os repasses superaram R\$ 1,5 bilhão. Poderia ter sido mais, se a Justiça não houvesse concedido uma liminar contra a regra — informou Beber.

A proposta será analisada em decisão final pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Aprovação na primeira fase da OAB deve valer por duas edições

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto de Eduardo Amorim (PSC-SE) que assegura ao candidato aprovado na primeira etapa do exame da OAB a participação, a partir da segunda etapa, nas duas edições subsequentes da avaliação.

O texto (PLS 397/2011) previa a possibilidade de participação, a partir da segunda etapa, nas três edições subsequentes do exame, mas foi alterado por emenda do re-

lator, Gladson Cameli (PP-AC).

O senador defende que o exame não é um concurso; por isso, é justo que quem passa pela primeira fase tenha outras oportunidades.

Por recomendação de Gladson, foi rejeitado o PLS 188/2010, que tornava válida por cinco anos a aprovação na primeira fase do exame.

As propostas serão analisadas pelas Comissões de Assuntos Econômicos, de Meio Ambiente e de Constituição e Justiça.

Regina Sousa espera que escolas enfrentem o fundamentalismo

A escolha da violência contra a mulher como tema da redação do Enem deste ano também foi elogiada por Regina Sousa (PT-PI). Para a senadora, a prova fez “7 milhões de jovens” pensarem na gravidade do problema e repercutiu na imprensa e nas redes sociais. Segundo ela, as escolas devem exercer resistência ao discurso “fundamentalista”, estendendo o debate a assuntos como racismo e igualdade de gênero, e os alunos vão exigir que temas da atualidade sejam discutidos.



Marcos Oliveira/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.



Saadi, Figueiredo, Ferraço, Paulo Rocha, Randolfe, Vieira Leite e Vianna: PF e MP analisam dados enviados pela França, que não compartilhou material com a CPI

CPI do HSBC recebe informações da Polícia Federal e do Ministério Público

Em audiência, procuradores e delegados disseram que hipótese inicial aponta possibilidade de evasão de divisas e lavagem de dinheiro

REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO Público (MP) e da Polícia Federal (PF) participaram, na tarde de ontem, de audiência pública promovida pela CPI do HSBC. Procuradores e delegados apresentaram históricos de pesquisa e forneceram informações que compõem a investigação sobre possíveis irregularidades envolvendo brasileiros na unidade do HSBC na Suíça.

Para os participantes da audiência, a hipótese inicial do caso HSBC aponta a possibilidade de evasão de divisas e de lavagem de dinheiro.

O procurador da República Igor Nery Figueiredo explicou que existem duas investigações sobre o caso: uma do Ministério Público Federal e outra da Polícia Federal. A investigação no Ministério

Público, explicou, busca apurar possíveis crimes de evasão de divisas ou lavagem de dinheiro.

— É um procedimento que está ainda em fase de análise de dados obtidos da França. Trata-se de um conjunto [de dados] muito volumoso, que tem prioridade no Ministério Público — disse o procurador.

Dados da França

O delegado Tomás de Almeida Vianna, responsável pelas investigações da PF, informou que os dados recebidos da França vieram “em estado bruto” e em linguagem “pouco amigável”. Autoridades da França detêm informações sobre o caso, denunciado pelo ex-técnico do banco Hervé Falciani.

Vianna disse que os dados

foram periciados e estão em análise na PF. Ele destacou que até o final do mês deverá ter toda a base de informações para permitir o avanço das investigações. Segundo o delegado, é preciso separar o que é realmente relevante para a investigação criminal.

— Estamos finalizando as soluções em informática para extrair as informações que vão compor o inquérito. O foco, hoje, é o tratamento das informações no banco de dados. Precisamos tratar dessas informações de forma simples — declarou o delegado.

Segundo o chefe da Divisão de Repressão a Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro da PF, Áderson Vieira Leite, todos os esforços estão sendo feitos para concluir o caso “o mais rápido possível”.

Já o diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da PF, Ricardo Andrade Saadi, explicou como é feita a troca de informações entre os países.

Sem reconhecimento

O diretor relatou que foi pessoalmente até a França receber os dados do caso HSBC. Ele disse que pediu às autoridades francesas para colaborarem com a CPI. Segundo Saadi, no entanto, os franceses alegaram que os termos do acordo internacional só permitem o compartilhamento de dados com autoridades jurídicas, caráter não reconhecido pela França para uma CPI.

— Eu, inclusive, pedi a revisão desse acordo para a inclusão da CPI e da Polícia Federal — informou Saadi.

Presidida por Paulo Rocha (PT-PA), a comissão foi instalada em março passado para apurar irregularidades relacionadas a contas bancárias de cidadãos brasileiros na filial suíça do banco HSBC, em Genebra. Uma investigação do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos apontou que clientes de várias nacionalidades do banco teriam utilizado artifícios para manter em suas contas dinheiro não declarado entre 2005 e 2007.

O Brasil aparece como o nono país da lista, em termos de movimentação financeira, com US\$ 7 bilhões nas contas no período sob investigação. As informações ainda apontam que mais de 8 mil brasileiros podem ter contas com movimentações suspeitas no HSBC suíço. O relator da CPI, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), disse esperar que as autoridades brasileiras colaborem com a CPI, no sentido de conseguir mais informações com outros países envolvidos no caso.

— Desde o início, nesta CPI, trabalhamos sabendo que as informações mais importantes estão fora da jurisdição brasileira — afirmou Ferraço.

Senadores discutem fim antecipado da investigação

Durante a audiência, os senadores integrantes da CPI do HSBC debateram o fim antecipado dos trabalhos da comissão. O prazo final vai até março do ano que vem.

Davi Alcolumbre (DEM-AP) criticou o vazamento de nomes da lista de brasileiros clientes do HSBC e lamentou que a CPI não seja legitimada pela França, país que detém as informações sobre o caso, para receber os dados da investigação. O senador chegou a dizer que a CPI está “enxugando gelo”, já que ao final do trabalho vai enviar seu relatório para o Ministério Público e para a Polícia Federal, pois esses órgãos “têm mais informações que a comissão”. O senador também afirmou que não propõe “acabar por acabar”, mas sente a CPI “esvaziada”:

— Acho que não vamos chegar muito longe com a CPI sem essas informações. Meu pensamento é deixar que o Ministério Público e a Polícia Federal continuem a investigação.

O vice-presidente da co-

missão, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), respondeu que “o problema da CPI foi causado por nós mesmos”. Ele lembrou que a comissão chegou a aprovar 25 quebras de sigilo fiscal, bancário e telefônico e depois “voltou atrás”. Randolfe revelou que chegou a pensar em renunciar à CPI na ocasião. O senador admitiu, porém, que a comissão vai encaminhar “quase nada” para a PF e o Ministério Público.

— Mas foi uma decisão desta CPI ter quase nada. Antecipar o encerramento é lamentável — declarou Randolfe, que é o autor do requerimento para a criação da comissão.

Para Ciro Nogueira (PP-PI), o diferencial da CPI para os outros órgãos de investigação é “a falta da lista oficial”. Ele disse que, desde o início, a intenção de Hervé Falciani, o delator do caso HSBC, é “vender as informações”.

— Acho que temos que encerrar esta CPI, apontando no relatório que não tivemos condições de trabalho. Por enquanto não tivemos con-

dições de fazer um bom trabalho — registrou o senador.

Ricardo Ferraço sugeriu que Randolfe entre em contato com Falciani, na França, para buscar as informações em nome da comissão. Ferraço, relator da CPI, disse que se sentiria representado por Randolfe e acrescentou que seria mais econômico enviar apenas um senador à França.

— Acho que é um esforço louvável antes de qualquer outra providência — ponderou o relator, considerando prematuro o encerramento.

Paulo Rocha registrou que não havia quórum para a decisão, mas sinalizou que o assunto será tratado na próxima reunião da CPI, marcada para amanhã. Ele informou que a comissão vai fazer uma reunião administrativa para tratar desta e de outras questões. O presidente da CPI fez questão de destacar que a comissão sempre trabalhou com “abertura e transparência”.

— Todos os esforços foram feitos. Batemos em todas as portas — ponderou o senador.

Empresários falam à CPI das Próteses

A CPI das Próteses ouviu hoje, a partir das 14h30, depoimentos de dois executivos de empresas que comercializam material médico: Clayton Berno Silva, da Sendai Implantes, e Flávio Avellar, da importadora Fusão Rio Comércio.

Os nomes desses empresários chegaram à comissão em julho, no depoimento do médico Marcelo Paiva Paes. Segundo ele, há envolvimento de empresas do Rio de Janeiro em irregularidades na comercialização de próteses.

A CPI é presidida por Magno Malta (PR-ES) e Humberto Costa (PT-PE) é o relator.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Comissão debate amanhã PEC sobre cartórios

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) faz amanhã audiência pública sobre a PEC 51/2015, de Vicentinho Alves (PR-TO), que convalida atos de delegação de atividades notariais e de registro. O debate, proposto por Roberto Rocha (PSB-MA), terá a participação do presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ricardo Lewandowski, do presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg), Rogério Bacellar, do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado Coêlho, entre outros.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Donizeti aponta “perseguição” a Lula e ao PT

O Brasil carece de uma oposição política de qualidade, segundo Donizeti Nogueira (PT-TO). O senador criticou a “perseguição ao PT e ao ex-presidente Lula”.

Para Donizeti, o Brasil não tem oposição, mas uma articulação de setores da política, do Ministério Público e da imprensa.

Ele também disse que a Operação Zelotes, da Polícia Federal, “mudou o seu foco de forma oportunista e desnecessária”. Segundo o senador, a operação esqueceu os maiores sonegadores, entre os quais grandes empresas de comunicação, e se transformou em pretexto para investigar Lula, seus parentes e outros petistas.

Operador de telemarketing busca piso nacional

Sindicalistas defenderam o valor de R\$ 1.050 como remuneração mínima e pediram regulamentação profissional. Proposta deverá ser encaminhada pelo senador Paulo Paim

PROPOSTA DE PISO nacional de R\$ 1.050 para atendentes de telemarketing e de regulamentação da profissão foi apresentada ontem em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Sindicalistas ouvidos no encontro também cobraram o fim de abusos cometidos pelas empresas, que, segundo eles, vão de assédio moral para cumprimento de metas a limites de idas dos trabalhadores ao banheiro.

— É preciso estabelecer um piso nacional, carga horária de seis horas e adicional de penosidade, que já é previsto na Constituição — resumiu a presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing de Campinas, Vivian Queiroz.

A falta de uma remuneração mínima, disse, faz as empresas transferirem as centrais de atendimento para regiões onde podem pagar menos.

— Vamos encaminhar o projeto de regulamentação da categoria — assegurou o presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS).

O descumprimento de normas trabalhistas por empresas de telemarketing foi confirmado por Odete Reis, auditora fiscal do Trabalho, e Renata Coelho, procuradora do Trabalho. Ambas disseram ser comum ao setor um modelo de gestão “por stress”, com estímulo abusivo à competição entre trabalhadores e extremo rigor na supervisão.

— Temos vários exemplos da aplicação de medidas disciplinares por atrasos de um minuto, dois minutos. O TST



Em audiência presidida por Paim (C), debatedores relatam abusos como assédio moral e limite de idas ao banheiro

[Tribunal Superior do Trabalho] já reconheceu esse rigor das empresas na aplicação de medidas disciplinares, por motivos banais — disse Odete.

As duas lembraram ainda a prática de jornadas de trabalho com intervalos insuficientes, que resultam em doenças osteomusculares, da voz e psíquicas. Em consequência, disse Renata Coelho, é grande a rotatividade da mão de obra no setor. Em geral, informou, um atendente de telemarketing pede demissão antes de completar dois anos no emprego.

No debate, Valmira Luzia da Silva, do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing da Cidade de São Paulo, afirmou que as mulheres representam 70% dos cerca de 1,6 milhão de operadores de telemarketing.

Mesmo sendo maioria, frisou, as trabalhadoras não contam com estruturas como berçários e creches para os

filhos, mesmo em empresas grandes.

Na opinião da senadora Regina Sousa (PT-PI), essa é também uma situação de violência contra a mulher:

— Não se admite uma empresa com mais de 4 mil empregados não ter um berçário. A mãe tem que amamentar o filho, é um direito da mulher.

Segundo a senadora, algumas empresas dispensam a funcionária alguns meses após a licença-maternidade, penalizando a trabalhadora que opta por ter filhos.

Terceirização

Além da pressão que enfrentam dos patrões, os atendentes de telemarketing sofrem ainda pressão dos consumidores insatisfeitos com os serviços prestados pelas empresas, afirmou Maria Martins Paiva, diretora da Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações.

— O teleoperador é o testa de ferro em quem o usuário despeja a insatisfação pelos problemas no serviço prestado. É assédio externo dos usuários.

Para o senador Dário Beber (PMDB-SC), a pressão excessiva do trabalho tem grande impacto sobre muitos jovens que têm no telemarketing a primeira oportunidade de trabalho formal.

— O primeiro emprego é um momento relevante e devemos oferecer condições mínimas para que os jovens possam iniciar com dignidade e respeito a trajetória de trabalho — disse.

Na avaliação de Valeir Ertle, da CUT, a terceirização dos serviços de teleatendimento estaria na raiz dos problemas, por ser a porta de entrada para a precarização das relações de trabalho.

No sentido oposto, Marcelo Proença, do sindicato que reúne prestadoras de serviços

para empresas de telecomunicações e de TV por assinatura, aponta a terceirização como uma tendência mundial, com vantagens para empregados e empregadores.

Proença considera os abusos contra trabalhadores de telemarketing situações restritas a algumas empresas e atribui a culpa aos contratantes dos serviços, como grandes bancos e empresas de telecomunicações, por exigir alta produtividade a baixos custos.

Sobre o assunto, Odete Reis lembrou que todo contrato requer duas partes:

— Se quem contrata impõe práticas abusivas, quem aceita concorda com essas práticas.

As empresas querem auferir altos lucros transferindo o ônus para a sociedade.

Em resposta, Marcelo Proença disse não haver isonomia nessa relação contratual, ficando as empresas terceirizadas pressionadas pelos grandes grupos econômicos que as contratam.

Na opinião do diretor do Sindicato das Empresas de Telemarketing e Marketing Direto do Estado de São Paulo, Stan Braz, a importância do setor se revela no faturamento de R\$ 43,4 bilhões em 2014, o que resultou em R\$ 7 bilhões de impostos.

Também participaram do debate Ubiraci de Oliveira, da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil; Liduina Marques, da Federação dos Trabalhadores do Ceará; e Anderson Borja e Geraldo Estevam, dos Sindicatos dos Trabalhadores em Telemarketing do Ceará e do DF, respectivamente.

Romero Jucá destaca propostas do PMDB para conter crise econômica



Romero Jucá (PMDB-RR) destacou documento em que seu partido discute medidas visando à retomada do crescimento e crítica o que chama de desajuste fiscal.

Denominado *Uma Ponte para o Futuro*, o documento critica a alta de impostos, defende o aumento da idade mínima para aposentadoria, condena os juros altos e defende mudança na indexação do salário mínimo, além de apoiar as convenções trabalhistas em detrimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

— A economia está travada. O PIB está caindo, impactando a vida das pessoas. A despesa pública cresce acima da renda, resultando em crescimento da dívida pública, a menos que reformas estruturais sejam feitas para conter o crescimento da despesa.

Paim diz que carta peemedebista precariza direitos dos trabalhadores

Preocupado com a precarização dos direitos dos trabalhadores, Paulo Paim (PT-RS) se disse surpreso com o documento do PMDB *Uma Ponte para o Futuro*, que, na opinião do senador, pode levar a uma fragilização maior para os empregados nas relações com os patrões. Entre as propostas do partido, está a que dá mais força a negociações coletivas do que aos direitos previstos em lei.

— Na prática, ela vai tocar no piso salarial, na carteira assinada, porque não tem mais motivo ter CLT, 13º, jornada de trabalho, Fundo de Garantia, férias, aviso-prévio, seguro-desemprego e o projeto das empregadas domésticas. Todos vão ficar fragilizados — avaliou.

Segundo Paim, toda vez que uma crise econômica atinge o país, representantes do setor produtivo procuram o Congresso para defender a retirada de direitos dos trabalhadores para combater as dificuldades.

Para Requião, documento contraria o “PMDB de Ulysses Guimarães”



Roberto Requião (PMDB-PR) fez duras críticas ao documento da Fundação Ulysses Guimarães com sugestões do PMDB para a superação da crise. Para ele, o texto deveria ser “definitivamente enterrado” no congresso da legenda, dia 17.

O documento, afirma o senador, erra ao creditar a recessão à dívida elevada — e não à política de arrocho fiscal — e ao defender idade maior para aposentadoria.

— Eles não querem reduzir o pagamento de juros, reduzir os juros do Banco Central; eles querem cortar saúde, educação, salário e previdência social. Este não é o PMDB de Ulysses Guimarães — afirmou, ao criticar também a sugestão classificada por ele de “parlamentarismo ilegítimo, travestido de presidencialismo”.

Problema para registro de domésticos em site preocupa Ana Amélia



Ana Amélia (PP-RS) chamou a atenção da Receita Federal para o problema enfrentado pelos patrões de empregados domésticos sobre o preenchimento eletrônico das guias para recolhimento do FGTS. Grande parte dos empregadores ainda não conseguiu preencher a guia por problema no site.

— Não há limite para o cadastramento do sistema. O prazo para pagar, porém, é até sexta-feira, dia 6 — alertou.

Além de recolher 8% sobre o salário para o FGTS, o patrão pagará 8% para o INSS, 3,2% para cobrir multa no caso de demissão sem justa causa e 0,8% para seguro por acidente de trabalho.

Ana Amélia também lamentou as dificuldades financeiras enfrentadas pela Associação de Assistência à Criança Deficiente de Porto Alegre.